



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

265
P

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294562-2 – ITAPETIM/PE

EMBARGANTE:

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

Advogado:

Erik Limongi Sial (OAB/PE 15.178)

EMBARGADO:

MARIA DAS GRAÇAS LOPES FERREIRA BARROS

Advogado:

Mário José Soares Costa Cavalcanti (OAB/PE 14.848)

RELATOR:

DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

DATA DO JULGAMENTO:

DE

DE 2013

EMENTA – EMBARGOS DECLARATÓRIOS OPOSTOS COM FINS MERAMENTE DE PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA DAS HIPÓTESES PREVISTAS NO ART. 535, I E II DO CPC.

Da leitura do voto condutor dos autos em apenso percebe-se o efetivo enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda, por meio de decisão refletida e balizada em entendimento legal e jurisprudencial.

Ademais, ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência nos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

No caso em apreço, os presentes embargos de declaração foram opostos com a finalidade exclusiva de prequestionamento, cuja previsão legal não encontra respaldo nas hipóteses previstas no Art. 535, I e II do CPC (omissão, contradição ou obscuridade), razão pela qual os aclaratórios foram rejeitados para manter íntegra a decisão embargada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos Declaratórios no Agravo na Apelação Cível nº 0294562-2, em que são partes as acima nominadas, acordam os Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Cível deste Tribunal, à unanimidade, em rejeitar os aclaratórios, na conformidade do voto do relator e do termo de julgamento que integram o presente aresto.

Recife, 26 de maio de 2013.

Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

266
R

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294562-2 – ITAPETIM/PE

EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

ADVOGADO: Erik Limongi Sial (OAB/PE 15.178)

EMBARGADO: MARIA DAS GRAÇAS LOPES FERREIRA BARROS

ADVOGADO: Mario José Soares Costa Cavalcanti (OAB/PE 14.848)

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

RELATÓRIO

Cuida-se de Embargos Declaratórios opostos pela **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE**, em face do acórdão de fls. 241/241v, lavrado quando do julgamento do Recurso de Agravo, com objetivo de **prequestionar** matéria a ser discutida nas instâncias superiores.

A companhia embargante alega a necessidade de prequestionamento dos seguintes dispositivos legais: Art. 5º, II e V da CF; Art. 6º, VIII do CDC; Art. 186, 188, I, 884 e 944 e seguintes do CC; Art. 20 e 333, I do CPC; Arts. 72, 95 e 105 da Resolução nº 456/200; Arts. 2º, §§ 2º e 4º, 9º, 10º, parágrafo único, 11, 18, IX, 23, V e 30 da Lei nº 8.987/95; Art. 13, 14, 15 da Lei nº 10.438/2002; e, Art. 3º, XII da Lei nº 7.427/96.

Pugna para que sejam conhecidos os presentes embargos, com arrimo no Art. 535, II do CPC, bem como seja dado provimento ao mesmo, tudo para fins de prequestionamento das normas acima mencionadas.

É o relatório.

Independente o feito de pauta, apresento-o à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 537 do Código de Processo Civil c/c Art. 85, “d”, do RITJ/PE, **ressaltando, inclusive, que passe a constar, obrigatoriamente, o nome do Dr. Erik Limongi Sial (OAB/PE 15.178), nas intimações efetuadas em nome da companhia embargante.**

Recife, 26 de Maio de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 0294562-2 – ITAPETIM/PE

EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE

ADVOGADO: Erik Limongi Sial (OAB/PE 15.178)

EMBARGADO: MARIA DAS GRAÇAS LOPES FERREIRA BARROS

ADVOGADO: Mario José Soares Costa Cavalcanti (OAB/PE 14.848)

RELATOR: DES. ALBERTO NOGUEIRA VIRGÍNIO

VOTO DO DES. RELATOR

Da leitura do voto condutor ora embargado, percebe-se, sem qualquer esforço, o enfrentamento dos pontos controvertidos da demanda por meio de **decisão refletida e balizada em entendimento legal e jurisprudencial**, longe de ser fruto de atitude precipitada e arbitrária, tampouco com desrespeito ao substrato probatório colacionado pelas partes.

Ainda que, de forma diversa, a matéria trazida a cotejo não tivesse sido fartamente analisada no julgado, a jurisprudência dos nossos tribunais já é consolidada no sentido de que **não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte**, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente à solução do litígio.

Conforme expressamente consignado no Art. 535, I e II do CPC, os embargos declaratórios têm a finalidade de sanar obscuridade, contradição ou omissão **que possam alterar a substância do julgado**, hipóteses inexistentes no presente caso.

A finalidade prequestionadora, expressa nos presentes embargos, não encontra abrigo nas hipóteses do art. 535 do CPC, sendo certo que **“As hipóteses de cabimento do recurso aclaratório estão previstas nos incisos I e II do art. 535 do CPC, e, dentre aquelas, não se encontra a possibilidade de promoção de prequestionamento explícito de dispositivo com o propósito do embargante vir a manejar recursos de natureza extrema; abre-se ensejo a tal desiderato quando houver omissão, obscuridade ou contradição no corpo da decisão judicial embargada”** (STJ, REsp 569315/DF, Sexta Turma, Relator: Min. Hélio Quaglia Barbosa, DJ 30/8/2004).

A jurisprudência moderna pacificou entendimento no sentido de que descabe os aclaratórios **tão-somente** para prequestionar dispositivo legal, consoante se depreende dos arestos abaixo transcritos:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO
REGIMENTAL NO AGRAVO NO RECURSO
EXTRAORDINÁRIO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO



**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREQUESTIONAMENTO. NÃO INDICAÇÃO DE PELO MENOS UM DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. Apesar da legitimidade da utilização dos embargos como via recursal para o prequestionamento de matéria infraconstitucional/constitucional, tal objetivo não prescinde da indicação pelo embargante de pelo menos um dos vícios previstos no art. 535, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e da demonstração de sua ocorrência. Embargos de declaração não conhecidos. (STJ, EDcl no AgRg no ARE no RE nos EDcl no AgRg no Ag 1208411 / SP, Corte Especial, Relator: Min. Felix Fischer, Julgado em 09/06/2011) [sem grifos no original].

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. HIPÓTESE NÃO AUTÔNOMA DE CABIMENTO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS. PREQUESTIONAMENTOS EXPLÍCITO E NUMÉRICO. INEXISTÊNCIA. Deve-se consignar, de uma vez por todas, que o tão mal entendido prequestionamento (figura essa que com as ressalvas da força retórica da expressão, está-se transformando num verdadeiro monstro dos tribunais) não é uma hipótese autônoma do cabimento dos embargos. Ele tem, portanto, de subsumir-se a alguma das hipóteses legais (art. 535, CPC). De modo algum é necessário aos órgãos jurisdicionais citarem o número do texto de lei que estão por analisar. A ideia de prequestionamentos explícito, ou, como alguns chegam a sustentar, numérico não passa de uma elucubração perniciosa de juízes e juristas que não compreendem bem o seu múnus público, qual seja: zelar pela correta aplicação do direito, fazendo com que ele se realize na realidade fática. (TJPE, ED 0199020-7/04, 5ª Câmara Cível, Relator: Des. Antônio Alves da Silva, Julgado em 29/09/2010) [sem grifos no original].

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DA ALEGADA OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. INVIABILIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. Os embargos de declaração não constituem meio hábil para reexame da causa, restringindo-se seu cabimento às hipóteses elencadas no art. 535 do CPC. 2. O julgador não está obrigado a julgar a questão posta a seu exame de acordo com o pleiteado pelas partes, mas sim com o seu livre convencimento (art. 131 do CPC), utilizando-se dos fatos, provas, jurisprudência e da legislação que entender serem



268
Q

**Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador Alberto Nogueira Virgínio**

aplicáveis ao caso. 3. O Superior Tribunal de Justiça já tem entendimento pacífico de que os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só serão admissíveis se a decisão embargada ostentar algum dos vícios que ensejariam o seu manejo (omissão, obscuridade ou contradição). 4. Inexistindo omissão, tendo em vista que foi devidamente fundamentada a decisão, não merecem acolhida os embargos declaratórios. À unanimidade, negou-se provimento aos Embargos de Declaração. (TJPE, ED 0198550-6/03, 5ª Câmara Cível, Relator: Des. Leopoldo Raposo, Julgado em 22/09/2010) [sem grifos no original].

Ante o exposto, conheço dos presentes embargos, porém os rejeito, para manter íntegro o *decisum* atacado.

É como voto.

Recife, 26 de maio de 2013.


Alberto Nogueira Virgínio
Desembargador Relator